



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO DE
ATIVIDADES DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA E
AFROBRASILEIRA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

MARCINÉIA GONÇALVES CÂNDIDO

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO DE
ATIVIDADES DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA E
AFROBRASILEIRA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do curso de pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Jacqueline da Silva Figueiredo Pereira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARCINÉIA GONÇALVES CÂNDIDO

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA E AFROBRASILEIRA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) apresentado em ____ de agosto de 2015, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. – Avaliador

Jacqueline da Silva Figueiredo Pereira – Orientadora

Marcinéia Gonçalves Cândido – Cursista

À minha querida e admirável mãe, D. Maria, por seu amor, sua paciência, seus ensinamentos e sua coragem. Amor pra toda vida!

AGRADECIMENTOS

A Deus pela possibilidade e oportunidade de viver,

Aos meus pais, Maria e José pelo amor sem limites,

Ao Professor orientador Sérgio Teixeira da Silva pelo apoio e compreensão durante todo o decorrer do curso, em especial, no início desta orientação,

À professora orientadora Jacqueline Pereira, por dividir conosco um pouquinho do seu conhecimento e por ter dado continuidade nesta orientação,

E, por último, não mais que importante, à minha amiga Penha Maria, mulher guerreira e admirável por sua luta incansável a favor da identidade racial dentro do espaço escolar.

“Sempre parece impossível até que seja feito.”
Nelson Mandela

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo fazer uma reflexão acerca da implementação da Lei nº 10.639/2003 na educação Infantil e uma análise sobre sua extensão através do desenvolvimento de atividades relacionadas a história e cultura afro-brasileira no âmbito da Creche. Para tanto realizou-se uma pesquisa no Projeto Político Pedagógico da Creche de Linhares, objeto de estudo, além de leituras bibliográficas do tema tratado. As questões levantadas suscitaram um breve histórico de algumas leis pertinentes à população negra no país que, sendo multicultural, suas políticas públicas anti-discriminatórias deveriam reconhecer a população negra como mais uma cultura que busca a libertação e requer o direito de ter reconhecido publicamente seu pertencimento étnico. Abordou-se também a sensibilização dos profissionais da educação, essencialmente aqueles que trabalham na Educação Infantil e na construção de uma educação inclusiva, tendo-se como parâmetros a desconstrução das visões preconceituosas e estereotipadas da cultura negra. Sendo assim, resulta de reflexões sobre relatos de práticas de profissionais em torno de projetos na temática étnico racial na referida instituição de ensino. Para que se possa sistematizar a exposição, foi inicialmente apresentado o contexto histórico e o contexto em que o projeto se insere. Na sequência, foram apontados sua origem e evolução. Foi feita uma pesquisa, do tipo descritiva, iniciada com observações das práticas cotidianas das educadoras da Creche de Linhares e do plano de trabalho das mesmas.

Palavras-chave: afro-brasileira, políticas públicas, desconstrução, Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1- OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA E AFROBRASILEIRA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	10
2. CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	15
3.PERCEPÇÃO DO TRABALHO ETNICO-RACIAL REALIZADO NA CRECHE DE LINHARES.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	24
ANEXO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	26

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo, apresentar uma reflexão acerca dos desafios da gestão escolar em relação ao desenvolvimento de atividades sobre a cultura afrobrasileira, no contexto da educação infantil. Pretende-se analisar se há no Projeto Político Pedagógico e no currículo da Creche Linhares ações que valorizem a construção da identidade das crianças negras.

Considerada como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil deve ser vista como uma grande conquista para a sociedade. Nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil de 2010 consta que o currículo deve ser representado por uma série de ações que unam as experiências das crianças levando em consideração a cultura, as artes, o meio ambiente, a ciência e a tecnologia, tudo isso para que o desenvolvimento desses sujeitos ocorra de maneira integral.

O presente trabalho justifica-se por compreender que é na Educação Infantil que as crianças passam a ter contato com outras culturas para além da convivência familiar. Dessa forma, na perspectiva de viabilizar e dar legitimidade às diversas culturas existentes neste âmbito fez-se necessário atentar para a construção de um Projeto Político Pedagógico capaz de atender às demandas deste espaço. Verifica-se que nos estabelecimentos de educação infantil não há obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, porque esta fase da educação básica não está organizada em componentes curriculares. Entretanto, é necessário que os educadores desta fase escolar tenham conhecimento das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e insira em seus planejamentos atividades com esta temática.

Por isso, acredita-se que seja imprescindível que, desde a educação infantil, se trabalhe temáticas relacionadas à cultura negra dos povos brasileiros, respeitando sua identidade e origem conforme LDB, Lei nº 9.394 de 1996. A aplicabilidade de tais temas nas instituições de educação infantil torna-se um grande desafio para os gestores, uma vez que precisam formalizar propostas inclusivas no Projeto Político Pedagógico e no currículo do estabelecimento de ensino.

Para compreender a atuação dos gestores em relação ao desenvolvimento de temas relacionados à pluralidade cultural, neste caso da cultura negra e afro-brasileira, nas instituições que oferecem educação infantil, e apresentar sugestões para esta ação, pretende-se realizar pesquisas bibliográficas que indiquem esta possibilidade. No sentido de entender como se processa a aplicação ou não do referido tema na Creche de Linhares, será analisado o Projeto Político Pedagógico e o currículo da instituição e os planos de aula das educadoras.

1- OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA E AFROBRASILEIRA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Reconhecer a diversidade cultural e as especificidades de cada grupo étnico que formaram o povo brasileiro e que se fazem presente nas escolas brasileiras e implementar ações que promovam a inclusão representa um dos maiores desafios que a gestão escolar vem enfrentando no Brasil. Muitas das vezes, esta diversidade influencia na socialização de crianças negras, por isso deve haver nas escolas trabalhos específicos de valorização e reconhecimento desta etnia. Aos gestores, cabe, primeiramente, conhecer, orientar, motivar e incentivar trabalhos/projetos que busquem o protagonismo do povo negro, como co-construtores desta nação.

É importante não tratar a questão racial como fato isolado, ou seja, apenas no mês da consciência negra e sim durante o ano todo. Daí a necessidade de inserir na Proposta Pedagógica da escola, projetos pedagógicos que contemplem ações voltadas para o reconhecimento da identidade das crianças negras.

Diante de diversas realidades, é preciso que um olhar menos silencioso tome conta do espaço escolar, em especial, da educação infantil, onde, depois da família é o primeiro espaço de socialização da criança. O ensino requer uma visão pautada na necessidade de práticas educativas capazes de situar a criança na escola. Aos gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores fica incumbida a função de ampliar a discussão e os projetos escolares que privilegiam a igualdade racial. É desta forma que Cavalleiro (2001) afirma:

um olhar sobre o cotidiano escolar dá margem à compreensão de uma relação harmoniosa entre adultos e crianças; negros, brancos. Entretanto, esse aspecto positivo torna-se contraditório à medida que não são encontrados no espaço de convivência das crianças, cartazes, fotos ou livros infantis que expressem a existência de crianças não-brancas na sociedade brasileira.(CAVALLEIRO, 2001, p. 45)

Sabe-se que o campo da Educação Infantil passa por um momento de reflexão sobre as concepções da educação de crianças em espaços coletivos e de um planejamento de práticas pedagógicas com fins de mediar, colaborar no desenvolvimento das diversas aprendizagens das crianças.

Nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (2012) prevê para as crianças de todas as raças/etnias, religiões, classes sociais e gênero o direito a uma educação de qualidade, independente da condição dos pais. Essa educação deve ser capaz de promover seu desenvolvimento, ampliar seu universo cultural e o conhecimento do mundo físico e social, a constituição de sua subjetividade, favorecer trocas e interações, respeitar diferenças e deficiências, promover autoestima e bem-estar. O currículo desta etapa precisa atender a essas especificidades tão importantes para a construção de uma identidade pautada no conhecimento e na valorização da história dos povos que tanto lutaram para a constituição deste país.

A Lei 10.639, sancionada em janeiro de 2003, estabelece de acordo com o artigo 26-a, a obrigatoriedade de sua aplicação apenas nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Contudo, verifica-se que nos estabelecimentos de educação infantil não há obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Mas acredita-se que seja imprescindível que, desde a educação infantil, se trabalhe temas relacionados à cultura negra dos povos brasileiros, respeitando sua identidade e origem. A extensão desta lei nas instituições de educação infantil, no âmbito creche, torna-se um desafio para os gestores, uma vez que precisam implementar ações inclusivas no Projeto Político Pedagógico e no currículo do estabelecimento de ensino.

Dessa forma, as propostas pedagógicas dessas instituições devem organizar-se de forma a proporcionar a interação das crianças com as histórias dos povos indígenas e afrodescendentes bem como o combate ao racismo e à discriminação proporcionando assim um conhecimento da história, das crenças, dos valores e das concepções de mundo e memórias de seu povo.

Há muito se diz que o Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural, plural em sua identidade: é índio, afrodescendente, imigrante, é urbano, sertanejo, caçara, caipira... Contudo, ao longo de nossa história, têm existido preconceitos, relações de discriminação e exclusão social que impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania. O documento de Pluralidade Cultural trata dessas questões, enfatizando as diversas heranças culturais que convivem na população brasileira, oferecendo informações que contribuam para a formação de novas mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão. BRASIL, (1997).

É por isso que a proposta pedagógica da Creche deve garantir às crianças o conhecimento da história, através de estórias, músicas, filmes, entre outras formas. Ora, com uma proposta adequada e um currículo articulado, as atividades desenvolvidas pelos educadores incubir-se-a de promover o desenvolvimento integral dessas crianças. O currículo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2012) está entendido da seguinte forma:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade dessas crianças. (DCNEI, 2012, p.12)

O mais importante no Currículo é que sua organização priorize as potencialidades e particularidades de cada criança, respeitando sua identidade e principalmente sua cultura. Segundo SILVA (2001), grande referência nas discussões sobre currículo, a escola deve ter uma postura enraizada no multiculturalismo, respeitando todas as diversidades encontradas neste espaço social. É ela a responsável por embutir nas crianças e em seus professores uma reflexão crítica acerca das diferenças, em especial das etnias.

(...) Qual nossa aposta, qual é o nosso lado nesse jogo? O que vamos produzir no currículo é entendido como prática cultural? Os significados e sentidos, as representações que os grupos dominantes fazem de si e dos outros, as identidades hegemônicas? Vamos fazer do currículo um campo fechado, impermeável à produção de significados e de identidades alternativas? Será nosso papel o de conter a produtividade das práticas de significação que formam o currículo? Ou vamos fazer do currículo um campo aberto que ele é, um campo de disseminação de sentido, um campo de polissemia, de produção de identidades voltados para o questionamento e a crítica? Evidentemente, a resposta é uma decisão moral, ética, política de cada um/uma de nós. Temos de saber, entretanto, que o resultado do jogo depende da decisão de tomarmos partido. O currículo é, sempre e desde já, um empreendimento ético, um empreendimento político. Não há como evita-lo. (SILVA, 2001, p.29)

É importante que se inicie desde cedo um trabalho que desperte nos estudantes a valorização do outro, a escola deve ser o local onde as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos sejam enriquecedoras e inclusivas. Incentivar a formação e a preparação dos professores configuram funções, que o gestor deve desempenhar, corroborando para uma formação adequada para a educação étnico-racial.

Levar para a educação infantil a temática envolvendo a lei 10.639/03 (11.645/08) que discorre sobre a inclusão da história afrobrasileira e africana nos currículos escolares serve de estratégia para a diminuição da discriminação e preconceitos na sociedade brasileira. Este tema é pertinente e necessário na sala de aula, em especial, nos primeiros anos de vida da criança na escola, considerando que a criança vive um processo de aprendizagem significativa nesta faixa etária, absorvendo toda a informação recebida e construindo conceitos que o ajudarão, no futuro, para o entendimento dos fatos perante a sociedade.

Tomando-se por base a história que nos foi passada e vivenciada até aqui se percebe que a situação da criança negra no âmbito educacional tem melhorado bastante, entretanto ainda se faz necessário uma reflexão mais crítica e aprofundada no que diz respeito à inclusão efetiva e com qualidade da criança negra, como cidadão possuidor de um passado histórico que queiramos ou não, ainda tem influenciado as relações que se estabelecem no cotidiano escolar. Para isso, torna-se como parte prioritária de um processo de reconstrução, buscar formação e capacitar profissionais que trabalham no âmbito escolar, principalmente no cenário da Educação Infantil.

Frente a essa preocupação com o desenvolvimento de novos currículos voltados para o reconhecimento e a valorização das diversidades culturais, vários documentos foram produzidos pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação com o intuito de nortear os gestores de escolas e professores quanto ao desenvolvimento de propostas curriculares que dialoguem com os princípios de uma educação democrática e crítica, voltada para o reconhecimento das diversidades.

Diante dessa reconstrução e quebra de estereótipos, os professores devem ter ciência dos termos adequados que se deve referir a uma criança negra, pois muitas vezes ao invés de ajudar acaba confundindo a cabecinha dos pequenos. Nessa perspectiva, Cavalheiro (2001) nos dá a seguinte afirmação:

Precisamos entender que a criança negra não é “moreninha”, “marronzinha”, nem “pretinha”. Quando a criança reclama que não quer ser negra, ela está nos dizendo que não quer o tratamento costumeiramente dado às pessoas pertencentes a este grupo racial. O que ela não quer é ser ironizada, receber apelidos, ser excluída das brincadeiras... Assim, melhor do que chamá-la de “moreninha” para disfarçar a sua negritude é cuidar para que ela receba atenção, carinho e estímulo para poder elaborar sua identidade racial de modo positivo. (CAVALHEIRO, 2001, p.156)

A escola para a maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de desenvolvimento pleno e de tornar-se um cidadão, alguém com identidade social e cultural. No item sobre Proposta Pedagógica e Diversidade, as DCNEI orienta que na Proposta Política pedagógica da creche garanta às crianças:

O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação. (DCNEI 2012, p. 21)

A escola deve ser o espaço em que o indivíduo torne-se sujeito, cidadão, com capacidade de pensar, refletir, discutir sobre a realidade que o rodeia. Dessa maneira, oferecer um ambiente propício à socialização e construção dos diversos saberes. É sim, um dever humano, em que as potencialidades de cada um, pertencente a este meio, seja valorizada e, porque não, transformada.

2. CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A escola tem um papel fundamental na construção da identidade da criança negra brasileira, pois o êxito das políticas reparatórias, que visam o reconhecimento e a valorização da identidade, da cultura e história dos povos africanos perpassa por este espaço.

De acordo com ERICKSON (1999), a constituição da identidade acontece bem cedo, quando os pais projetam o sexo do bebê, escolhem o nome, pensam na profissão, e outras mais. Dessa forma, pode-se dizer que a identidade é um constante processo de formação. A formação do sujeito é evidenciada através de todos os aspectos vivenciados desde a fase da infância, envolvendo o individual (eu) e como este indivíduo percebe o outro (externo). Portanto a formação de identidade não é somente pessoal, mas também social.

A escola, como função social, deve favorecer o aprofundamento no processo de construção do conhecimento, respeitando as questões culturais que cada um traz consigo. É a partir dessas questões culturais que se constrói a identidade das crianças, atentando para o resgate de suas origens e história, e é claro, oportunizando a convivência com os diferentes.

Para MUNANGA (2005) a identidade do negro no Brasil não está pronta, porque o negro não conhece a sua verdadeira história e dessa forma não consegue ter condições suficientes para se identificar. Nas escolas, durante muitos e muitos anos foi passado uma história sob o ponto de vista dos colonizadores e das classes econômicas, deixando de lado a força, a bravura, o sofrimento dos negros trazidos da África para trabalharem como escravos.

Os livros didáticos paradidáticos, usados em sala de aula, apresentava de forma sucinta e sem muita importância os fatos históricos relevantes no desenvolvimento da história e da cultura do negro.

(..)nas muitas ilustrações de grupos e multidões o elemento negro é tratado como minoritário. Por isso, é importante e vale a pena ressaltar que o professor pode estabelecer a comparação entre a ilustração e a realidade do aluno, solicitando que este redesenhe, por exemplo, a ilustração em um livro ou apostila de acordo com a realidade da sala de aula, do pátio da escola, do bairro, da cidade, da rua onde mora, etc.

(MOURA, apud MUNANGA,2005, p.79)

A real história da África precisa ser recontada. A escola precisa problematizar conceitos como discriminação, preconceito e racismo na caracterização do comportamento de uma criança, que percebe diferenças raciais, expõem preferências, se identificando ou rejeitando crianças negras. Entende-se que o social tem um papel fundamental na constituição do cognitivo, conforme Vygotsky defende.

Dessa forma se um aluno negro está inserido em um ambiente em que prioriza valores como respeito às diferenças, amor, ética, ele provavelmente vai interagir com outras crianças, não se isolando. O sucesso escolar das crianças negras recai sobre as práticas pedagógicas que a escola desenvolve a fim de afirmar e valorizar a sua identidade.

As crianças negras são insultadas e até desprezadas por causa do seu tom de pele e cabe a escola mudar o rumo deste processo discriminatório, conforme afirma Lopes (2001 apud MUNANGA, 2005):

A escola como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com esta necessidade de mudança e precisa de um espaço de aprendizagem, onde as transformações devem ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente. [...] a educação escolar deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora, que é preciso valorizá-las para garantir a democracia, que entre outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são, com suas características próprias e individualizadoras; que buscar soluções e fazê-las vigorar é uma questão de direitos humanos e cidadania.

Lopes (2001 apud MUNANGA, 2005, p.189)

É na Educação Infantil que as crianças negras estão inseridas em maior número, visto que quando chegam no Ensino Fundamental e Médio, muitos abandonam e não chegam a concluir a Educação básica na idade certa. O ensino qualitativo requer uma visão da necessidade de novas experiências educativas que tenham por base os componentes socializadores e integradores para situar a criança no espaço da escola. O que urgentemente precisa ser revisto é a proposta pedagógica, para atender toda essa diversidade, fazendo com que as mudanças produzam um trabalho de resgate à autoestima de nossas crianças.

Um ponto de partida para essa primeira infância é o brincar. Tanto o Referencial Curricular para a Educação Infantil como as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil assinalam a brincadeira como um dos eixos para o trabalho nessa etapa de ensino. No brincar a criança imagina, observa e recria. Em nosso contexto de creche, ao brincar de faz de conta, a criança atribui significado ao que vê representando seu cotidiano. O educador tem o papel fundamental de auxiliar e participar quando brinca com a criança.

Os professores que atuam na educação infantil precisam trabalhar com atividades que favoreçam e possibilitem as relações étnico-raciais, respeitando e valorizando a identidade da criança negra, pois o processo educativo pode ser uma via de acesso para a criança negra construir sua identidade, autoestima e autonomia, sendo a escola, o ponto de encontro e embate das diferenças étnicas e sociais e pode representar um instrumento eficaz para diminuir e prevenir o processo de exclusão social e incorporação do preconceito.

É importante que o se desenvolva práticas curriculares voltadas para o multiculturalismo na Educação Infantil, para que as crianças tenham a oportunidade de vivenciar processos educativos que contribuam para a desconstrução de concepções preconceituosas que existem no contexto social e que possam ser demonstradas nas atitudes das crianças. Um currículo que crie espaços que possibilitem a essas crianças uma formação democrática e crítica.

Certamente isso influencia diretamente no seu desenvolvimento intelectual e emocional. As crianças precisam vivenciar práticas pedagógicas exitosas que possibilitem um maior envolvimento com outras pluralidades culturais, enriquecendo assim, a construção de uma identidade sem preconceitos. Mesmo a Educação Infantil não estando dividida em conteúdos curriculares, é importante compreender e por que não iniciar o trabalho de conscientização e de valorização da cultura étnico-racial, seguindo as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais, que nos orienta para a seguinte questão:

Chamamos atenção para a importância de não realizar atividades isoladas ou descontextualizadas. É importante que a temática das relações étnico-raciais esteja contida nos projetos pedagógicos das instituições, evitando-se práticas localizadas em determinadas fases do ano como maio, abril, agosto, novembro. Estar inserido na proposta pedagógica da escola significa que o tema será trabalhado permanentemente e nessa perspectiva é possível criar condições para que não mais ocorram intervenções meramente pontuais, para resolver problemas que surgem no dia a dia relacionados ao racismo. Aos

poucos, o respeito à diversidade será um princípio das instituições e de todas as pessoas que nela atuam.

(ORIENTAÇÕES E AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, 2006, p. 166)

Para tanto, o envolvimento profundo e satisfatório de educadores, precisa estar pautado nos valores étnicos, procurando conhecer e compreender as necessidades e especificidades das crianças negras, para favorecer um contato mais harmonioso com as crianças. Trabalhar a autoestima das crianças negras é indispensável para uma valorização das suas origens. Gestos simples, como passar a mão no cabelo delas, elogiar suas tranças, fazem toda a diferença para que as crianças negras se sintam respeitadas como as demais crianças.

3.PERCEPÇÃO DO TRABALHO ÉTNICO-RACIAL REALIZADO NA CRECHE DE LINHARES

Para compreender como se processa a execução de atividades culturais e étnico-raciais na Creche Linhares, necessário se fez conhecer o currículo, o projeto político pedagógico e os planejamentos das educadoras e orientadoras da instituição.

Compreende-se que o currículo de uma instituição deve atender a todos os sujeitos. Ao gestor cabe a função de garantir este atendimento. É importante que os educadores, em suas atividades diárias, bem como em seus planejamentos, proporcionem às crianças negras atividades em que suas peculiaridades sejam consideradas. Pensando numa sociedade cada vez mais justa e igualitária a escola e o currículo devem tentar superar qualquer prática de segregação, tanto na organização das crianças como no trabalho dos docentes.

Acredita-se que ao receberem uma educação igualitária, desde os seus primeiros anos no espaço escolar, a possibilidade das crianças negras se reconhecerem enquanto cidadãos de direito, dotados de uma identidade e que se estimem independente da cor de sua pele é muito grande.

Na Creche Linhares há uma preocupação com a diversidade cultural e étnica das crianças atendidas. Existe um projeto chamado Interação Família e Creche em que a instituição aborda temas relacionados à valorização da identidade da criança.

As 16 educadoras têm em seu planejamento atividades diárias de contação de histórias, pinturas, desenhos livres, musicalização voltados para oportunizar a expressividade das crianças. Todo esse trabalho é feito sob a supervisão da coordenadora geral da Creche Linhares, que procura, nas reuniões pedagógicas, discutir e orientar quanto aos trabalhos a serem desenvolvidos.

Essas discussões acerca da cultura africana e indígena, que configura como um importante debate para a construção da identidade das crianças como um todo e do reconhecimento da individualidade histórica de cada povo, de cada cultura, são sempre enriquecedoras. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e com a Lei nº 10.639 de 2003 e a Lei 11.465 de 2008, as propostas pedagógicas das instituições infantis devem organizar-se de forma a proporcionar a interação das crianças com as histórias dos povos indígenas e

afrodescendentes, bem como, o combate ao racismo e à discriminação proporcionando assim um conhecimento da história, das crenças, dos valores e das concepções de mundo e memórias de seu povo.

Sobre esta formação básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garante a todos os estudantes e afirma o que o compromisso tem que ser de todos:

O respeito aos valores culturais, como princípios constitucionais da educação tanto quanto da dignidade da pessoa humana (inciso II do Art. 1º), garantindo-se a promoção do bem de todos, sem preconceitos (inciso IV do Art. 3º), a prevalência dos direitos humanos (inciso II do Art. 4º). Cumprir a lei é, pois responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula ou de parte da sociedade. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro, tendo-se como ponto de partida o presente parecer, que junto com outras diretrizes e pareceres e resoluções, possuem o papel articulador e coordenador da organização da educação nacional.

(DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO, 2005, p. 26)

No cotidiano da Creche, as crianças têm a oportunidade de interagir com os espaços físicos, como o parque, por exemplo, que fica no pátio interno e que dispõe de brinquedos, manilhas pintadas por elas, areia, árvores e uma casinha que abriga os mais diferentes sonhos e fantasias que surgem da imaginação das crianças nas brincadeiras de faz de conta. Elas têm também a oportunidade de relacionarem-se com as outras crianças e com os adultos, utilizando de diferentes recursos e fazendo parte de discussões temáticas que suscitam aprendizados e desenvolvimentos diversificados para além dos pedagógicos.

Haja visto que o Projeto Político Pedagógico seja um instrumento capaz de nortear todas as ações da escola, é imprescindível que a equipe escolar esteja atenta às especificidades e individualidades das crianças, de modo a proporcioná-las um envolvimento prazeroso. Assim, o PPP da Creche de Linhares traz a seguinte redação:

Outro aspecto também levado em conta são as discussões sobre cultura africana e indígena, que figura como um importante debate para a construção da identidade das crianças como um todo e do reconhecimento da individualidade histórica de cada povo, de cada cultura. De acordo com as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil e com a Lei, nº 10.639 de 2003 as propostas pedagógicas das instituições infantis devem organizar-se de forma a proporcionar a interação das crianças com as histórias dos povos indígenas e afro-descendentes bem como o combate ao racismo e à discriminação proporcionando assim um reconhecimento dos

conhecimentos, crenças, valores e concepções de mundo e memórias de seu povo. (PPP da Creche de Linhares, 2014, p.9)

Importante destacar o envolvimento das educadoras com a questão da diversidade racial, proporcionado a esta instância da Educação Infantil a concretização verdadeira sobre a consciência negra destes pequenos.

Os inúmeros aprendizados aproximam do cotidiano da creche as vivências e costumes das crianças e de seus familiares, que são um diferencial para os primeiros passos no caminhar delas sendo parte integrante no processo de formação da sua identidade.

Em qualquer espaço social, onde adultos e crianças interagem, é preciso garantir os direitos para o exercício da cidadania, favorecendo o respeito às diferenças. E este fortalecimento deve estar em todas as propostas educacionais, pois a construção dessa identidade é de responsabilidade coletiva.

Segundo a revista Nova Escola, diversas atividades podem ser desenvolvidas desde a Educação Infantil a fim de trabalhar a história e cultura da África e afro-brasileira como:

contação de histórias de heróis negros e heroínas negras africanos e afro-brasileiros, como a rainha Nzinga, líder da libertação do reino africano Ndongo em 1660, ou Dandara, guerreira do Quilombo dos Palmares, ao lado de seu companheiro Zumbi e até mesmo do grande líder Ganga-Zumba e seu sobrinho Zumbi; (NOVA ESCOLA, 2014, p. 23)

De acordo com os relatórios das educadoras da Creche de Linhares, todo o trabalho desenvolvido tem tido um ganho qualitativo, trazendo mudanças significativas, o que implica numa constante melhoria de autoestima das crianças negras, trazendo contribuições para o processo de construção de uma identidade de forma positiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada para a elaboração deste projeto evidenciou que historicamente vivenciamos no Brasil a persistência de muitos profissionais da Educação Infantil em não abordar assuntos relevantes para a construção da identidade de crianças negras desde os primeiros anos na Educação Básica.

Dessa forma, diante do Projeto Político Pedagógico da Creche de Linhares, fez-se necessário adequá-lo à clientela que é atendida e assim possibilitar uma formação da identidade consciente da criança negra, no espaço da educação infantil, valorizando suas raízes, os valores dos seus ancestrais, pois sabemos que os negros têm requisitos tão importantes para a construção desta nação quanto à identidade dos demais povos.

Ainda, compreende-se que a escola é o local das descobertas para a criança, é lá que ela aprenderá a conviver ou não com críticas, competições, perdas e realizações. Além disso, a escola é a instituição que ministra o conhecimento, o qual deve se basear em valores éticos e democráticos, pois a formação do cidadão consciente está em grande parte sob a responsabilidade da escola.

Grandes ideias podem ser levadas a prática, como trazer pra sala de aula materiais com figuras negras, cartazes, brinquedos, entre outros materiais, a fim de enriquecer o trabalho sobre a história da África e cultura afrobrasileira. Olhar para a criança de modo que ela se sinta valorizada, bonita, procurar dar carinho, elogiando-as, mexendo em seus cabelos, rompendo possíveis barreiras de preconceitos e afirmar a todo momento que não existe cabelo ruim, só estilos diferentes contribui para elevar sua autoestima.

Mas para que ocorra o envolvimento profundo e satisfatório para ambas as partes, educadores, profissionais em geral da educação, precisam estar atentos aos valores étnicos, procurando conhecer mais sobre a questão desses povos, favorecendo o contato entre as crianças de modo que se estabeleçam relações mais harmoniosas.

A pesquisa bibliográfica realizada para a elaboração deste projeto evidenciou que existe na proposta política pedagógica da Creche de Linhares educadores que trabalham com as diferentes culturas, rompendo com a segregação. E apesar de existir as leis que discutem as relações étnico-raciais no âmbito escolar, é importante

que exista uma conscientização coletiva de que nenhuma cultura ou raça é superior a outra e que os negros têm requisitos tão importantes para a construção desta nação quanto à identidade dos demais povos.

Conclui-se que falar das relações e vivenciar um trabalho pedagógico consistente implica uma nova postura profissional, onde os educadores sejam capazes de entender que eles são os sujeitos responsáveis por intervir nos processos de construção da identidade social. Para que não haja adultos e crianças com vergonha de sua identidade, faz-se necessário continuar com esta discussão, especialmente, nos âmbitos escolares, como resposta à toda forma de repressão e exclusão, mostrando contundentemente que a diferença serve para a construção da valorização do indivíduo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: MEC, 2005. 35p.

_____. ,Lei 10.639, 03 de janeiro de 2003 .D.O.U de 10/01/2003.

BERNARDO, Sérgio São. A trajetória das ações afirmativas no Brasil. Revista Afro UFU. Revista do Projeto Inclusão de Negros(as) no Ensino Superior.Universidade Federal de Uberlândia.EdiçãoÚnica.Março, 2006.

CAVALLEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: Cavalleiro (org) *Racismo e anti-racismo na educação*. São Paulo: Summus, 2001.

_____. , E. S. O Processo de Socialização na Educação Infantil: Construção do Silêncio e da Submissão. Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum. São Paulo, 9(2), 1999.

_____.Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Resolução CEB, de 04 de abril de 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial da União. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**.Disponível em: <[HTTP://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 06 jul. 2014

LOPES, Vera Neusa. **Racismo, Preconceito e Discriminação**. In: MUNANGA Kabengele (org.). **Superando o racismo na Escola**. 2. ED. Brasília DF. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O campo do currículo no Brasil: os anos noventa**. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.35-49, Jan/Jun 2001. Disponível em: <[HTTP://www.curriculosemfronteira.org](http://www.curriculosemfronteira.org)>. Acesso em 21ago. 201

_____. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços**. Disponível em: <[HTTP://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 21agos. 2014

Prefeitura de Juiz de Fora/Secretaria de Educação. **Diretrizes Educacionais para a Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora – Educação Infantil**. Juiz de Fora. 2010.

Prefeitura de Juiz de Fora/Secretaria de Educação. Cadernos do Professor. Ano XVI – n. 19, 2009. ISSN – 16785304, p.83.

SILVA, Tomás Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias críticas do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: **Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

<http://revistaescola.abril.com.br/consciencia-negra/africa-brasil/> - Acesso em 02 de fev. 2015.

<http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/4-a-6-anos/literatura-infanto-juvenil-personagens-negros-609337.shtml> - Acesso em 02 de fev. 2015

ANEXO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

LUCIANA HELENA SALES DE OLIVEIRA

MARCINÉIA GONÇALVES CANDIDO

JUIZ DE FORA, 2014

CRECHE COMUNITÁRIA DE LINHARES

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do Professor Sérgio Teixeira da Silva do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

JUIZ DE FORA, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1 – FINALIDADES DA ESCOLA.....	
2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	
2.1 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA.....	
2.2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA.....	
3 – CURRÍCULO.....	
4 – TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	
5 – PROCESSO DE DECISÃO.....	
6 – RELAÇÕES DE TRABALHO.....	
7 – AVALIAÇÃO.....	
8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
REFERÊNCIAS.....	

Introdução

No mês de outubro do ano de 1984, foi inaugurada a Unidade do bairro Linhares, com nomenclatura de Creche Municipal Linhares. A mesma oferecia atendimento a 113 crianças com idades entre 0 a 6 anos e 11 meses. Funcionava no prédio situado à Rua Cezarino Gomes de Oliveira, onde atualmente situa-se a Unidade Básica de Saúde do bairro.

Em 1992 a Creche passou a ocupar o prédio onde funciona até hoje, localizado à rua Diva Garcia, s/nº no bairro Linhares. Nesta época suas instalações eram anexas ao prédio do Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente (CAIC) Professor Hellyon de Oliveira. Seu funcionamento é autorizado através da Resolução nº 002/2000 do Conselho Municipal de Educação – CME, portaria de homologação nº. 10/2000 de 16 de maio de 2000 com a denominação de “Pré Escolar Municipal de Linhares”.

Hoje a Creche já possui sua independência estrutural, onde as crianças contam com um espaço adequado à sua faixa etária, com grande área externa arborizada, parque, jardins e pluralidade de texturas (grama, cimento, areia, piso, etc.). Atende atualmente 153 crianças com idade entre 3 meses a 3 anos e 11 meses.

No ano de 2008, foi assinado o convênio nº 02.200.002, entre a Secretaria de Educação (SE) e a Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), órgão de assistência que fundou e administra as creches do município. Tal documento apresenta como objetivo a conjugação de esforços com vistas a garantir a transição das Creches Públicas Municipais da gestão da Assistência Social para a gestão da Secretaria de Educação/JF, conforme previsto na Lei 9.394/96 e pelo decreto nº 6.253/07.

O município, através desse convênio, se compromete a repassar recursos financeiros de acordo com a previsão orçamentária, a orientar e a supervisionar o desenvolvimento das atividades pedagógicas e a promover a formação continuada dos profissionais." (CESTARO et al, 2010, p. 06)

De acordo com pesquisa realizada na comunidade, em relação às profissões, as famílias se dividem em artesãos, diaristas, pintores, mecânicos, pedreiros, agente de saúde, educadoras e auxiliares de serviços gerais, com formação em ensino fundamental, médio e superior, apresentando renda média entre 1 a 2 salários mínimos. No que se refere à etnia, as pessoas se declaram em sua maioria pardas, porém há presença também de pretos e brancos. A religião predominante é a cristã, com predomínio de católicos e evangélicos.

A unidade está localizada próximo às instituições de ensino que vão desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, ao CRAS Leste I e Núcleo Especializado de Atendimento à Criança Escolar (NEACE). O bairro possui uma infra-estrutura que atende às necessidades da comunidade tais como: comércio, igrejas, posto médico, posto policial, farmácias, etc. As construções são de alvenaria e possuem saneamento básico e eletricidade. Sua paisagem é um misto de características rurais e urbanas, com grande área verde, cavalos, bois e outros animais. Este fato reflete diretamente no comportamento das pessoas que têm uma rotina tranquila e hábitos pitorescos.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento norteador das ações, cujo intuito é a melhoria do processo educativo que nos propomos a realizar, visando ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da unidade de uma forma sistematizada, consciente e participativa. Neste apontamos também a creche como um espaço social, ela representa a ponte de ligação que garantirá à criança o direito de brincar, interagir com o meio em que vive e com seus pares.

O Projeto Pedagógico desta unidade reúne, portanto, onde queremos chegar, que pessoas pretendemos formar: sujeitos ativos capazes de modificar sua realidade. Nossa linha pedagógica, diagnóstico da situação da unidade e pontos para melhoria do processo tendo à criança, a família, a comunidade e os funcionários como agentes modificadores das ações.

Este documento vislumbra nossas intencionalidades, a maneira como concebemos o papel da Educação, a estrutura organizacional desta instituição de educação infantil e também como a idealizamos, nossas concepções de currículo e tempo escolar, nosso processo de tomada de decisões e relações de trabalho, a

importância da avaliação permanente a fim de estarmos sempre nos reinventando enquanto instituição que contribui para formação de vidas.

1 – Finalidades

De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em seu cap. IV – art. 53 e 54 a criança de 0 a 6 anos tem direito a atendimento em creche e pré-escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) no cumprimento de mandamento também constitucional, veio abrir novos e límpidos horizontes, onde o Projeto Pedagógico das unidades de Educação Infantil passou a ser o documento fundamental de toda ação educativa.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, p.21)

Pensando que a educação deve se fundamentar no reconhecimento da diversidade cultural, no desenvolvimento da autonomia de pessoas, grupos e instituições e na promoção da qualidade de vida dos indivíduos, tornou-se necessário a construção compartilhada de uma proposta pedagógica visando traçar diretrizes norteadoras para a Creche Comunitária de Linhares, de forma que, as ações desenvolvidas sejam reflexos de uma filosofia construída coletivamente. O Projeto Político Pedagógico desta unidade nasce da integração da criança, funcionários, família e comunidade em um espaço reflexivo. A função, portanto, do projeto é delinear o horizonte da caminhada, estabelecendo a referência geral, expressando o desejo e o compromisso do grupo.

O ideal que temos para nossa creche é o cuidar e educar. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009), consideramos a criança como centro do planejamento curricular, que assim constrói a sua identidade, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e tece sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Olhe para mim. Por favor me veja. Não minhas roupas ou unhas curtas ou minha face descuidada. Abra seu coração de modo a ver o meu. Não estou lhe pedindo para concordar com, ou compreender tudo o que vê, pois nem eu mesmo faço isso. Apenas olhe para o que realmente está aqui. E permita ser. (APEG HODDINOTT *apud* FERREIRA, 2001, p.50)

Considerando as crianças como pessoas que possuem especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas, vislumbramos desenvolver ações que as possibilitem serem sujeitos ativos, capazes de modificar sua realidade significando e ressignificando esta. De acordo com as Diretrizes Educacionais para a Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora (2010, p.27), temos como objetivos principais:

- A organização do espaço, do tempo e das rotinas.
- A liberdade de expressão da criança.
- A construção da autonomia da criança.
- A garantia do brincar como essência do processo pedagógico.
- O cuidar e educar como responsabilidades de todos os profissionais da creche, independentemente da função que desempenham.
- As práticas pedagógicas e o trabalho coletivo.
- Investimentos tanto em infra-estrutura quanto em materiais pedagógicos.
- A escuta de todos os sujeitos envolvidos no trabalho com as crianças.
- A garantia de acesso aos bens e saberes historicamente construídos pela humanidade.

Nossas concepções de criança e infância estão em consonância com as Diretrizes Educacionais para Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora que considera:

[...] a criança como sujeito ativo que participa da construção do seu conhecimento, que têm direitos e que pode manifestar a partir da criação de oportunidades diversas e ainda que Infância é uma construção social influenciada pelo contexto histórico, psicológico, político e social. (DIRETRIZES EDUCACIONAIS PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA, 2010, p.21).

Diante disso, compreendemos a criança como sujeito que se desenvolve através do contato com o meio e com o outro atribuindo significado e produzindo cultura, sendo esta primeira etapa da vida como a fase do descobrimento, essencial para a formação do cidadão.

Um ponto de partida para essa primeira infância é o brincar. Tanto o Referencial Curricular para a Educação Infantil como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil assinalam a brincadeira como um dos eixos para o trabalho nessa etapa de ensino. De acordo com o que é proposto no Referencial: “brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia”. Desta forma, concebemos o brincar como o eixo norteador para o desenvolvimento da criança.

No brincar a criança imagina, observa e recria. Em nosso contexto de creche, ao brincar de faz de conta, a criança atribui significado ao que vê representando seu cotidiano. O educador tem o papel fundamental de auxiliar e participar quando brinca com a criança.

De acordo com Carlos Drummond de Andrade: “Brincar com crianças não é perder tempo, é ganhá-lo; se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem.” (CADERNOS DO PROFESSOR, 2009, p.83).

O brincar é essencial na formação do sujeito. Para Vygotsky (1999) “[...] a brincadeira é uma facilitadora do processo de desenvolvimento”.

O nosso trabalho pedagógico também é pensado de forma abranger as questões que dizem respeito ao gênero e a sexualidade e de acordo com o

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (2010), tratando-se desse tema, a sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e vida psíquica das pessoas, pois, independente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido, é entendida como algo inerente, que está presente desde o momento do nascimento, manifestando-se de formas distintas segundo as fases da vida. Dessa forma, a relação das crianças com o prazer se manifesta de forma diferente da do adulto.

Outro aspecto também levado em conta são as discussões sobre cultura africana e indígena, que figura como um importante debate para a construção da identidade das crianças como um todo e do reconhecimento da individualidade histórica de cada povo, de cada cultura. De acordo com as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil e com a Lei, nº 10.639 de 2003 as propostas pedagógicas das instituições infantis devem organizar-se de forma a proporcionar a interação das crianças com as histórias dos povos indígenas e afro-descendentes bem como o combate ao racismo e à discriminação proporcionando assim um reconhecimento dos conhecimentos, crenças, valores e concepções de mundo e memórias de seu povo.

Assim, no cotidiano da creche, as crianças têm a oportunidade de interagir com os espaços físicos, como o parque, por exemplo, que fica no pátio interno e que dispõe de brinquedos, manilhas pintadas por elas, areia, árvores e uma casinha que abriga os mais diferentes sonhos e fantasias que surgem da imaginação das crianças nas brincadeiras de faz de conta. Têm também a oportunidade de relacionarem-se com as outras crianças e com os adultos, utilizando de diferentes recursos e fazendo parte de discussões temáticas que suscitam aprendizados e desenvolvimentos diversificados para além dos pedagógicos. Aprendizados que também aproximam do cotidiano da creche suas vivências e seus costumes e que são um diferencial para os primeiros passos no caminhar das mesmas sendo parte integrante do processo de educação.

2 – Estrutura Organizacional

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A creche encontra-se em bom estado de conservação. Possui sala Multiuso, Literakids (espaço de leitura e recursos lúdicos), sala de artes, espaço para solário, 06 salas dispendo de banheiros individuais, berçários, sala dos educadores, refeitório, cozinha, banheiro dos funcionários, banheiro social, banheiro para visitantes, despensa, parque e área livre.

Todas as salas de atividades estão equipadas com jogos de mesas e cadeiras de fórmica infantil; armário de aço; estante de aço vazada; quadro de giz, colchonetes individuais para repouso. Os berçários possuem: colchonetes grandes de estimulação, espelho, barra de apoio, mesinhas com cadeirinhas, berços com estrutura tubular, armários de aço, estante de aço vazada, colchonetes individuais para repouso. Na secretaria contamos com: mesas e cadeiras de fórmica, arquivos, armários e estantes de aço e computador. A cozinha dispõe de materiais e equipamentos necessários.

A Creche Comunitária de Linhares funciona em horário integral, de segunda a sexta-feira, com atendimento de 06:30 às 18 horas. Os funcionários cumprem carga horária de 40 horas semanais, sendo 08 horas diárias com intervalo de 02 horas para almoço. O ano letivo inicia-se em fevereiro encerrando-se em dezembro.

Os profissionais têm seu vínculo empregatício regido pelo sistema celetista e são funcionários da Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC). A AMAC é considerada de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal conforme portaria nº 1584/2007, Lei nº 9.464/87, Lei nº 6.789/85. Sendo assim, os funcionários assumem os cargos por processo seletivo ou contratação temporária.

A Creche conta com uma equipe formada por 27 funcionários, divididos nas seguintes funções:

Função	Profissionais
Coordenadora	01
Assistente Administrativo I	01
Educadores	16

Cozinheiras	02
Serviços Gerais	07

Função	Descrição da Atividade
Auxiliar de Serviços Gerais	* Executar a limpeza geral da Unidade seguindo rotina estipulada pela Coordenadora * Organizar e zelar pelo repouso da criança e seus cuidados básicos de higiene * Responsabilizar-se pela conservação do local de trabalho, materiais e mobiliários utilizados
Educadora	* Desenvolver o Currículo da Educação Infantil: Cuidar e Educar * Responsabilizar-se pela conservação do local de trabalho, material pedagógico, brinquedos e mobiliários utilizados
Coordenadora	* Coordenar todo trabalho técnico-pedagógico, administrativo e operacional
Cozinheira	* Preparar toda a alimentação servida na Unidade, conforme orientação * Responsabilizar-se pela limpeza e conservação da cozinha e dispensa * Receber e conferir toda a mercadoria destinada a alimentação entregue na Unidade
Assistente Administrativo I	* Auxiliar o Coordenador no desenvolvimento das rotinas administrativas e operacionais * Executar serviços de secretaria, incluindo serviços externos quando necessário

Quanto ao nível de escolaridade a equipe tem formação em ensino fundamental, médio e superior. Atendendo a formação básica para cada função observa-se a seguinte distribuição:

	Superior		Médio		Fundamental	
	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto
Coordenação	01					
Assistente Administrativo			01			
Educador	02	02	09			
Cozinheiro				02		
Auxiliar de Serviços Gerais				02	01	02

A Secretaria de Educação de Juiz de Fora, através do convênio nº 02.2009.002/2008, repassa os recursos financeiros a Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC) que administra 21 unidades de creche em Juiz de Fora.

Tal documento apresenta como objeto a conjugação de esforços com vistas a garantir a transição das Creches Públicas Municipais da gestão da Assistência Social para a gestão da Secretaria de Educação/JF, conforme previsto na Lei 9.394/96 e pelo Decreto nº 6.253/07.

O município, através desse convênio, se compromete a repassar recursos financeiros de acordo com a previsão orçamentária (CESTARO et al., 2010,p. 6)

A partir de 2010, foi destinado à Creche o Recurso Federal Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Para gerenciar o emprego deste recurso foi criado uma diretoria e conselho fiscal composto por representantes dos funcionários e representantes das famílias, que em reunião, elencam as prioridades da unidade, que são compartilhadas com os demais envolvidos no trabalho da Creche.

2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

A Creche Comunitária Linhares atende atualmente 153 crianças com idade entre 3 meses a 3 anos e 11 meses. A forma de ingresso das crianças se dá inicialmente através do CRAS (Centro Regional de Assistência Social) onde há uma classificação de acordo com os critérios da NOBSUAS (Normas de Orientação Básica para o Sistema Único de Assistência Social). Essa classificação é enviada para a Secretaria de Educação (SE), que através da Supervisão de Coordenação Pedagógica de Creches (SCPC) faz uma reclassificação por turma, obedecendo a faixa etária da criança em consonância com a Resolução nº 02 de 02/12/2010, do Conselho Municipal de Educação, sendo assim encaminhada para atendimento nas Creches.

A entrevista de matrícula é o primeiro contato com as famílias, momento onde são apresentadas informações sobre o atendimento oferecido, os objetivos do

trabalho e as concepções que defendemos no cotidiano. Este é o início da construção de uma relação entre Família e Creche, criando possibilidades de trocas dentro de uma convivência voltada para a criança.

As turmas são compostas de acordo com a resolução 02/2012 do Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora que dispõe o número de crianças por educador e composição de turmas de acordo com a faixa etária.

Berçário I – 06 crianças por educadora

Berçário II – 06 crianças por educadora

2 Anos – 15 crianças por educadora

3 Anos – 18 crianças por educadora

As turmas são organizadas da seguinte forma:

Turma	Nº Turmas	Meta	Profissionais Atuando	Faixa Etária
Berçário I	02	12	02	3 meses a 1 ano e 2 meses
Berçário II - A	08	18	03	1 ano e 2 meses a 2 anos
Berçário II - B		18	03	1 ano e 2 meses a 2 anos
Berçário II - C		12	02	1 ano e 2 meses a 2 anos
2 anos I	04	15	01	2 anos a 2 anos e 11 meses
2 anos II		15	01	2 anos a 2 anos e 11 meses
2 anos III		10	01	2 anos a 2 anos e 11 meses
2 anos IV		15	01	2 anos a 2 anos e 11 meses
3 anos I	02	18	01	3 anos a 3 anos e 11 meses
3 anos II		18	01	3 anos a 3 anos e 11 meses
Total	16	153	16	

Segundo Mari Ângela Calderari Oliveira (2009, p. 41) “A atuação pedagógica na instituição possibilita a compreensão dos processos associativos à aprendizagem

de uma cultura e às dinâmicas interativas presentes na instituição, somada à visão sociológica, ideias, padrões e materiais".

Algumas estratégias são adotadas para assegurar a participação e a interação dos profissionais da creche, como o lanche da tarde em horários compatíveis entre todos os educadores, visando a integração, troca de experiências e discussões acerca de assuntos que envolvem a instituição.

No ano 2008, foi criado na Secretaria de Educação, o Departamento de Educação Infantil, que deu origem à Supervisão de Coordenação Pedagógica de Creches. Foi formada, então, uma equipe de trabalho, composta por pedagogas, com o objetivo de realizar o acompanhamento pedagógico nas creches e promover a formação continuada dos profissionais. (CESTARO, 2010, p. 6)

Nesse contexto, os funcionários têm a oportunidade de participar de diversos cursos oferecidos pela Secretaria de Educação em horários alternativos.

As reuniões de formação em contexto, também são um espaço de formação continuada que acontecem mensalmente nas creches e se constituem como um importante momento de reflexão e crescimento para todos os profissionais.

Diante da socialização das experiências vivenciadas pelos educadores durante as reuniões e muitas vezes relatadas pelas pedagogas da Secretaria de Educação em relação às outras creches, surgiu a ideia de se fazer um encontro com a participação de todos os profissionais de todas as creches. Assim, foi criado o "Intercâmbio Cultural das Creches Públicas de Juiz de Fora", importante momento que possibilita a troca de experiências, participação em palestras, apresentações artísticas e diversas vivências relacionadas às práticas com as crianças.

A presença da família na creche é essencial para a construção de um ambiente harmônico.

Abrir a creche significa reconhecer que a creche é um dos contextos de desenvolvimento da criança compartilhando com a família a educação da mesma. Isto implica em compartilhar os sucessos e as dificuldades que se apresentam, acima de tudo, transformar este trabalho em colaboração mútua. Sem dúvida, há que se determinar o que deve ser responsabilidade da creche e o que deve ser da família. Mas os papéis de cada um só vão se construindo a partir do exercício cotidiano de dialogar. (OLIVEIRA, 1992, p. 116)

Portanto, adotamos esta concepção de fortalecimento de vínculo com as famílias, que apreciam a rotina desenvolvida, percebendo em cada criança o sorriso, a alegria e a satisfação de estarem em um ambiente onde se valoriza o brincar, o cuidar e o educar. Assim, desenvolvemos projetos que evidenciam a participação efetiva da família. Nesse contexto, estas participam permanentemente das rotinas, atividades com os cantos, contação de histórias, brincadeiras que exploram a área externa, culinárias, reuniões, palestras, festas e eventos.

Acreditamos que planejar um trabalho educativo para crianças pequenas é uma ação que deve vir alicerçada em constante pesquisa, estudo e reflexões:

Tanto creches quanto pré-escolas, como instituições educativas têm uma responsabilidade para com as crianças pequenas, seu desenvolvimento e sua aprendizagem, o que requer um trabalho intencional e de qualidade. (OSTETTO, 2002, p.175)

Planejar é transformar a realidade em potencial educativo, é lançar mão dos interesses da criança e usá-lo a favor para potencializar o seu desenvolvimento, é intervir no real, produzindo conhecimentos que se traduzem em cultura, é agregar qualidade a ação dando a ela um significado próprio, tendo consciência do seu sentido social e político. LÜCK (1991, p. 30) dialoga que o planejamento não deve ser mera formalização do trabalho, assim acreditamos em um planejamento dinâmico que vai além de um simples registro. Conforme VASCONCELLOS (1995, p. 60) “A finalidade do plano é criar e organizar o trabalho, para tanto deve ser: objetivo, verdadeiro e comprometido”.

Dessa forma, na busca da qualificação no trabalho desenvolvido com crianças pequenas, o registro do planejamento pode e deve ser um instrumento norteador para o educador infantil.

Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro para compreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para com o grupo de crianças. Planejamento pedagógico é atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente. Por isso não é fôrma! Ao contrário, é flexível, e como tal,

permite ao educador novos significados para sua prática pedagógica. (OSTETTO, 200, p.177)

O planejamento na creche é realizado mensalmente. Neste dia não há atendimento às crianças e os profissionais se reúnem na parte da manhã, junto à coordenadora, para planejarem e/ou organizarem as atividades a serem trabalhadas durante o período.

A parte da tarde, neste mesmo dia, é dedicada à reunião pedagógica, também mensal, em que são discutidos diversos temas referentes às vivências com as crianças. Todos os profissionais participam, além de duas pedagogas da Secretaria de Educação.

3 – Currículo

Considerada como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil deve ser vista como uma grande conquista para a sociedade. A Creche Comunitária de Linhares foi criada a fim de promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos de idade de uma Comunidade carente de um olhar mais humano e solidário. Sua organização está propícia a valorizar e a favorecer a autonomia das crianças atendidas, de modo que o desenvolvimento integral e sua forma mais ampla seja buscada. Interessante ressaltarmos que a cada etapa percorrida pela criança, as possibilidades de expressão são gigantescas.

Nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil de 2010 – DCNs está colocado que currículo é:

um conjunto de práticas que buscam articular os saberes e experiências das crianças com o patrimônio cultural, artístico, ambiental, científica e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral da criança. (DCNs, 2010, p.12)

Sabemos que o campo da Educação Infantil passa por um momento de reflexão sobre as concepções da educação de crianças em espaços coletivos e de um planejamento de práticas pedagógicas com fins de mediar, colaborar do desenvolvimento das diversas aprendizagens das crianças.

Buscamos, nas reuniões de planejamento, discutir formas de orientar o trabalho junto às crianças de até 03 anos na Creche, bem como assegurar práticas educativas para um desenvolvimento em concordância com a faixa etária de 4 a 5 anos de idade.

Nesse sentido, o Currículo preparado pela creche é baseado no seu conceito mais amplo, conforme afirmação dos autores Antonio Flavio Barbosa Moreira e Vera Maria Candau, responsáveis pela organização do texto referente à *Currículo, Conhecimento e Cultura*, nele pode-se perceber que:

À palavra currículo associam-se distintas concepções, que derivam dos diversos modos de como a educação é concebida historicamente, bem como das influências teóricas que a afetam e se fazem hegemônicas em um dado momento. Diferentes fatores sócio-econômicos, políticos e culturais contribuem, assim, para que currículo venha a ser entendido como:

- (a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
- (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos;
- (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
- (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino;
- (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.

(MOREIRA;CANDAU, 2007 p. 18-19)

A proposta da Creche Linhares é criar situações que permitam à criança desenvolver a capacidade de comunicação e expressão, criar situações de desenvolvimento da autonomia e identidade, além de propiciar-lhe oportunidades de experimentar, descobrir, manipular objetos e vivenciar situações em um ambiente seguro e acolhedor, fazendo-a sentir-se amada e reconhecida em suas tentativas, utilizando assim o brincar como foco principal da metodologia do trabalho.

Atualmente a Creche desenvolve 5 projetos, além do Projeto de Sala que é desenvolvido pelo educador de acordo com o interesse da turma. São estes:

* Contação de História - mensalmente as famílias são convidadas a estar na creche para participar de um momento de contação de história as técnicas para a contação são diversificadas (Fantoches, teatro de sombras, técnica de tecidos, convidados diversos e pessoas da própria comunidade e ex-alunos da creche, etc.)

* Mala Viajante: cada turma constroem um artefato (Bolsa, mochila, travesseiro, etc.) onde são colocados livros que são enviados para casa e um caderno de registro onde a família registra este momento.

* Projeto Interação: mensalmente as famílias e comunidade são convidadas a estar na creche para participar e desenvolver momentos da rotina (Jogos, brincadeiras, culinária, pinturas, etc.)

* Projeto Fazendo Arte: são escolhidos 4 artistas que são trabalhados bimestralmente através de estudo da biografia, exposições e releitura de suas obras.

* Reflexão dos Espaços: bimestralmente um espaço da creche é escolhido para ser modificado de forma que desperte a curiosidade da criança para que possa se apropriar deste dando-lhe significado através e suas próprias intervenções.

* Matemática nos Berçários: somos seres matemáticos desde a concepção e vivenciamos a matemática através de experiências corporais.

O trabalho por projetos desenvolvido na creche permite a ressignificação dos espaços, formando sujeitos reflexivos e atuantes no ambiente pedagógico, além da criação de situações que permitem a participação das crianças, uma vez que as temáticas abordadas no desenvolvimento dos projetos partem dos interesses das crianças por determinado tema. A “Casa do Adolescente”, espaço educativo situado ao lado da creche é um local alternativo que auxilia no desenvolvimento dos projetos, já que conta com uma área ampla com árvores, animais e plantas diversas.

Assim, as famílias são englobadas nesse ambiente participativo, devido ao trabalho conjunto entre a Creche e a comunidade. Acontecem situações de interação entres as partes envolvidas, como eventos, festas e reuniões, a fim de estreitar os laços dos sujeitos envolvidos. A festa da primavera, realizada em setembro e as reuniões de pais são exemplos de convivência e integração entre a comunidade e a Creche.

O mais importante nesta questão de Currículo é que sua organização prioriza as potencialidades e particularidades de cada criança, respeitando sua identidade e principalmente sua cultura. É dessa forma, que a Creche Comunitária de Linhares busca promover a autoestima e a valorização de suas crianças.

4 – Tempos e Espaços Escolar

Considerando o tempo e os espaços escolares, a Creche Comunitária de Linhares busca oferecer às crianças atendidas qualidade em sua totalidade. Neste sentido, o MEC:

Reconhece-se a criança como *sujeito* do processo educacional e como principal usuário do ambiente educacional. Por isso, é necessário identificar parâmetros essenciais de ambientes físicos que ofereçam condições compatíveis com os requisitos definidos pelo PNE, bem como com os conceitos de sustentabilidade, acessibilidade universal e com a proposta pedagógica. Assim, a reflexão sobre as necessidades de desenvolvimento da criança (físico, psicológico, intelectual e social) constitui-se em requisito essencial para a formulação dos espaços/lugares destinados à Educação Infantil. (MEC, SEB, 2006 p. 21)

O espaço físico da creche não se resume apenas à sua metragem, mas também em ser um ambiente agradável e prazeroso para as crianças. A partir desse conceito temos um quadro de rotinas que nos orienta a respeito da diversidade dos espaços presentes na creche, que se faz como campo de convivência e exploração.

A interação dos sujeitos de diferentes idades é fundamental em nosso currículo. Sendo assim, as crianças compartilham momentos que favorecem o vínculo e a amizade entre as turmas. As disposições dos móveis e materiais pedagógicos são acessíveis e contribuem para o processo de assimilação dos diversos conhecimentos presentes nesse ambiente.

As rotinas englobam espaços de leitura, artes e produções, brinquedoteca, musicalização, ar livre, natureza, cantos, projetos que partem dos interesses das crianças e brincadeiras diversas. A creche dispõe de espaços que incentivam o trabalho com projetos. O jardim localizado no pátio interno é um constante estímulo à criatividade das crianças, com suas árvores e flores com formato de borboleta e passarinhos que vez por outra dividem esse lugar com os pequenos.

O mural de artes na entrada da creche é dedicado à exposição de atividades desenvolvidas pelas crianças e as famílias podem visualizar as produções.

O repouso é o momento de refazer as energias, em que as crianças contam com todo conforto. Elas são respeitadas em suas necessidades e a maioria dorme nesse período. Algumas crianças trazem algo que as acompanham em casa no momento do sono (um travesseiro, uma fralda, um manto). Os idealizadores da Clínica Cliama acreditam que:

Para que uma criança se desenvolva bem, ela precisa de um ambiente afetivamente equilibrado, onde ela receba amor autêntico e onde lhe permitam satisfazer as necessidades próprias do seu estado infantil. (CLIAMA, 2011, p. 23)

Na Creche Comunitária de Linhares, os profissionais trabalham de forma conjunta promovendo o melhor ambiente para nossas crianças, tornando a rotina da creche acolhedora para todos os envolvidos nessa instituição.

O horário de funcionamento é integral, iniciando-se às 06h30 e terminando às 18h00, de segunda à sexta-feira. Todos os dias são oferecidos quatro refeições diárias, atividades de estimulação essencial, recreação livre e dirigida. A carga horária mínima está de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou seja, 800 horas anuais e 200 dias letivos, começando em fevereiro e encerrando-se em dezembro, cumprindo a legislação que diz em seu Art. 31, II que “a carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuída por um mínimo de duzentos dias de trabalho educacional.”

Os funcionários se dividem para atender as crianças cumprindo uma carga horária de 8 horas diárias tendo 2 horas de intervalo para almoço.

A creche encontra-se em bom estado de conservação. Possui sala Multiuso, Literakids (espaço de leitura e recursos lúdicos), sala de artes, espaço para solário, 06 salas dispostas de banheiros individuais, berçários, sala dos educadores, refeitório, cozinha, banheiro dos funcionários, banheiro social, banheiro para visitantes, despensa, parque e área livre.

Além desses aspectos também discutimos e refletimos sobre a organização dos diversos espaços da creche e organizamos de dois em dois meses algum espaço para ser modificado. O Projeto ‘Organização dos Espaços’ foi criado pelos funcionários da Creche comunitária de Linhares com o objetivo de explorar os diversos ambientes presentes na Instituição, através da reflexão e aproveitamento

dos locais, contribuindo assim para a formação das crianças. Foi confeccionado um cronograma anual com os meses destinados as atividades de reelaboração dos espaços.

O Projeto Interação tem por objetivo oportunizar as famílias vivências através da rotina da Creche e possui um calendário anual, bem como preparar e organizar todas as crianças num ambiente propício para tal. As atividades iniciam-se em fevereiro e terminam em dezembro. A instituição prepara junto com todos os profissionais e com as crianças, dentro deste projeto, alguns momentos de acolhimento e integração das famílias.

A organização da creche é voltada para o conforto, bem estar e interesse das crianças. Os objetos das salas, como materiais pedagógicos, são colocados ao seu alcance, estimulando sua autonomia e identidade podendo assim escolher o que mais interessam fazer. Além destas, todas as produções realizadas na unidade têm a participação das crianças, tornando assim as atividades mais interessantes e participativas, já que elas se sentem importantes com os feitos.

No âmbito educacional, o ato de planejar é considerado “a etapa mais importante do projeto pedagógico” (NOVA ESCOLA, 2003). Concebendo que esta ação é importante para o trabalho educativo e que implica diretamente no desenvolvimento e aprendizagem da criança, faz-se necessário constantes pesquisas, estudo e reflexões. De acordo com Oliveira (2012):

Para planejar o trabalho na Educação Infantil é importante conhecer o grupo de crianças, seus interesses, seu desenvolvimento, o grau de autonomia que elas têm para resolver características próprias da faixa etária, a experiência construída na sua história... (p. 44)

Desta forma, consideramos fundamental o papel do educador neste processo, já que o planejamento lhe permite pensar e repensar sua prática. Ao planejar, o educador deve compreender o tempo de cada criança, reorganizando as atividades propostas afim de auxiliar na construção de conhecimento e no processo de ensino e aprendizagem. É importante destacarmos que:

... o planejamento é um processo vivo e não se resume ao preenchimento de quadros com planos que, sob pretexto de serem flexíveis, nunca são praticados como foram concebidos. Por isso nesse processo é importante garantir que sejam seguidas três etapas: a elaboração, a execução e a avaliação” (NOVA ESCOLA, 2009, p.6).

Com base nessas três etapas, nosso planejamento institucional ocorre anualmente de maneira que em reunião com educadores e coordenação, são estipuladas metas, com o objetivo de criar um planejamento que contemple todas as turmas. As atividades são propostas de forma lúdica concebendo a importância da participação da família.

Mensalmente ocorre a reunião pedagógica, sob orientação das supervisoras da Secretaria de Educação não havendo atendimento interno as crianças neste dia. São levantados pontos importantes da prática do educador incluindo aspectos positivos e negativos. A reunião é embasada em reflexões teóricas de diferentes autores o que auxilia ativamente em nosso cotidiano. É realizado também o planejamento de sala e ao final da reunião fazemos um momento avaliativo do planejamento, pontos relevantes e outros que necessitam serem repensados.

5 – Processos de Decisão

A Creche Comunitária de Linhares é gerida por duas instâncias: a Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora que responde pela parte pedagógica e a Associação Municipal de Apoio Comunitário que responde as questões administrativas. Tais instituições se uniram para direcionar as unidades de creche em Juiz de Fora a partir de 2009, a fim de atender o caráter mandatório a Lei 9.394/96 em seu art. 89.

As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino (BRASIL, 1996, p.45)

A Creche Comunitária de Linhares é gerida por uma Coordenadora de Unidade que é responsável pelas funções administrativas e pedagógicas. O cargo de gestão não se deu através de processo eletivo foi indicado pela Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), órgão que gerencia as 21 creches públicas de Juiz de Fora. Tal Instituição indica o gestor dentre seu quadro funcional, a gestora em questão é funcionária de carreira e ingressou na Instituição por meio de processo seletivo externo em 01.08/2000 na função de Educadora, passando em 01/03/2006 a exercer a função Técnico Nível Superior I (Pedagoga) por meio de processo seletivo interno, sendo nomeada Coordenadora de Unidade em 07/01/2009 para gerir esta Unidade e permanece na função ate a presente data.

Os profissionais têm seu vinculo empregatício regido pelo sistema celetista e são funcionários da Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC). A AMAC é considerada de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal conforme portaria nº 1584/2007, Lei nº 9.464/87, Lei nº 6.789/85. Sendo assim, os funcionários assumem os cargos por processo seletivo ou contratação temporária.

A comunidade escolar é composta por: educadores, discentes, coordenador de unidade, auxiliar administrativo, cozinheiro, auxiliar de serviços gerais e família.

A tomada de decisão corresponde, antes de tudo, ao estabelecimento de um compromisso de ação sem a qual o que se espera não se converterá em realidade. (LÜCK, 1991, p. 27)

Portanto quando se fala em realidade de uma instituição de educação, tem que se ter em mente que esta é formada pela ação dos vários atores presentes nesse espaço coletivo, então é uma realidade construída, porque nasce da percepção do nosso entorno, uma realidade coletiva. E para a construção do processo de tomada de decisões todos tem que estar cientes do seu papel diante ao alcance dos objetivos. Caso contrário, a tomada de decisão será unilateral e não contemplará o coletivo sempre sendo alcançados os objetivos e metas almejados pela coordenação.

Nessa perspectiva de realidade dinâmica, a creche promove articulações com a Unidade Básica de Saúde (UBS), escolas municipais, estadual e particulares do

bairro, comunidade e família. Tais representatividades participam do cotidiano da unidade, contribuindo mutuamente para a melhoria da qualidade de atendimento, refletindo sobre nossas ações em reuniões bimestrais que visam construir nossas decisões de forma democrática.

[...] as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. (SOUZA et al., 2005, p.15 - 22)

Refletindo sobre a importância do processo de tomada de decisões a creche organiza palestras, enquetes e momentos de discussões informais para sensibilizar a participação das famílias e comunidade. Esse trabalho é desenvolvido de forma incansável, é uma verdadeira operação “formiguinha”, ressaltando e respeitando o ritmo de cada família e a possibilidade de flexibilização dos horários de reunião para atender as suas necessidades.

Instrumentalizar as famílias a cerca de seus direitos e deveres tem sido uma meta que perseguimos incansavelmente, por entender que Educação se faz no coletivo, com a real participação de todos, e a fim de atender a LBD/96, art. 14, inciso II “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Apesar de ainda não termos alcançado o objetivo de compormos um Conselho Escolar, através de nossa concepção de fortalecimento de vínculo com a família e comunidade já estamos colhendo frutos, hoje já compartilhamos de uma diretoria e um conselho fiscal formado por representantes das famílias e dos funcionários para gerenciar o emprego do Recurso Federal do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Entendendo que o diálogo é uma de nossas ferramentas para a melhoria da qualidade de atendimento somado a atitude participativa dos profissionais da instituição, família e creche pensam juntas novas possibilidades de ação para construir um caminho proveitoso, deliberando decisões realmente coletivas. Portanto para nos vale as palavras de

[...] de pouco vale a criação de conselhos e conferência e eleições se não há disposição dos profissionais que atuam na escola ... e seus familiares, ... na

edificação de espaços para o diálogo, nos quais todos, independentemente de condição social ou vínculo com a educação, possam participar, opinando e tendo suas opiniões ouvidas e respeitadas. (SOUZA et al., 2005, p.15 - 22)

Assim de pouco em pouco, vamos, nos constituindo coletivo, ações modestas, mas recheadas de intencionalidades democráticas e conscientes do que queremos alcançar, uma instituição de educação que se afirma como espaço de convivência social onde todos têm vez e voz.

É importante salientar que a participação é uma prática que não se dá de modo espontâneo; é algo que faz parte de um processo histórico de construção coletiva. (JAPECANGA, 2001, p.47)

Neste sentido, acreditamos que esta espontaneidade surge os gestores oportunizam aos sujeitos participarem ativamente dos processos de decisão na instituição

6 – Relações de Trabalho

Ser gestor na educação infantil é fomentar diálogos, abrir espaço para as muitas vozes do cotidiano, buscando uma gestão democrática e participativa que visa o bem estar de todos, onde o Coordenador deve se entender como um articulador.

A gestão na Educação Infantil deve ser concebida como uma prática social, que tem uma intencionalidade política e que é atravessada, no seu cotidiano, por inúmeros desafios que impõem ao gestor a capacidade de articular este cotidiano com aquela intencionalidade política, na busca de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária com todas as crianças na sua diversidade social econômica, étnica e racial. (NUNES,2011).

É de extrema importância estar atendo às diferentes formas de funcionamento da instituição, pois o método de trabalho institucional é a “personalidade” da Creche, e traduz como a unidade responde aos desafios que lhe são impostos no comprimento da função de ensinar, envolvendo toda sua estrutura, tanto física, quanto administrativa e humana.

A creche caracteriza a família como intermediária de um sistema social mais amplo, pois a criança toma como principal objeto de interação os membros do grupo familiar, com isso são realizadas ao longo do período letivo reuniões de pais, visando a aproximação da comunidade e a discussão de assuntos envolvendo as crianças e prestação de contas dos serviços relacionados à unidade. A comunidade está presente no cotidiano da Creche, acompanhando as atividades desenvolvidas, as festividades realizadas e participa ativamente com sugestões e opiniões, contribuindo para a concretização de um trabalho democrático.

O conflito é sempre uma oportunidade de crescimento, confrontar idéias abre as portas para a transformação, desde que este momento seja conduzido pela ética. A partir deste ideal os funcionários da creche buscam mediar seus conflitos sendo orientados pela coordenação, em momentos pensados que oportunizam o diálogo para a efetivação da gestão democrática.

As crianças experimentam hoje um mundo ao mesmo tempo estimulante e desafiador. Lidar com as diferenças, conflitos e recursos escassos é para elas uma tarefa permanente. Para realizá-las com segurança e com respeito pelo outro, meninas e meninos precisam de incentivo e apoio. Precisam também de informação, um direito humano e, portanto, um direito das crianças. (UNICEF, 2004, p.5)

É com esta visão que mediamos os conflitos de nossas crianças, incentivando-as a resolvê-los com autonomia, mediando às ações destas, sempre com uma postura afetiva.

Buscando sempre esta forma horizontal de nos relacionar, nós da Creche Comunitária de Linhares, estamos nos constituindo indivíduos melhores, profissionais melhores, cidadãos mais conscientes de que nossas individualidades interferem decisivamente na sociedade. O entendimento que não estamos à parte do processo de construção e reconstrução educacional se dá através do diálogo com nossos pares e comunidade. Assim nos identificamos com a ideia de JAPEGANGA:

[...] uma prática onde todos os atores da unidade escolar estão aptos a tomarem decisões no local de trabalho, onde todos terão responsabilidades para com a organização e funcionamento da escola. (JAPECANGA, 2001, p.49)

Constata-se desta forma que numa gestão democrática e descentralizada, as responsabilidades são coletivas, assim sendo, o funcionamento da instituição é de responsabilidade de todos. É interessante ressaltar que na Creche Comunitária de Linhares, trabalhamos com esta perspectiva

7 – Avaliação

De acordo com Luckesi (2003), a avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer com ele. A verificação é uma ação que “congela”, “paralisa” o objeto, contudo a avaliação, na realidade, deve ser uma ação que direcione o objeto. E é dessa forma que a Creche Comunitária de Linhares avalia os alunos atendidos, garantindo a eles um percurso tranquilo, fazendo as interferências, quando necessário.

Não apenas a afirmação de Luckesi, mas Jussara Hofmann (1992, p. 32), acredita que a avaliação é a reflexão transformada em ação, não podendo, portanto, ser estática nem ter caráter sensitivo e classificatório.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/9394/96, Art. 31, I), afirma que “na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. É nessa perspectiva que acompanhamos o desenvolvimento dos nossos pequenos, respeitando seu tempo de aprender, valorizando seu contexto histórico-social e suas subjetividades. Cabendo à Creche registrar toda a evolução dos mesmos.

Dessa forma Madalena Freire (1989, p.5) explica que:

Porque é importante registrar? O ato de conhecer é importante? Então estar implícito o conhecimento como ato social a que esse educador faz história. Não existe sujeito do conhecimento sem apropriação de história. É o

registro que historiciza o processo para a conquista do produto histórico. Possibilita também a apropriação e socialização do conhecimento E a construção da memória, como história desse processo. (FREIRE, 1998, p.5)

É importante destacar que na Creche, as observações, bem como os registros são descritos em forma de portfólios, diário, relatórios, e o que mais o educador puder descrever. Todas as informações contidas nos mesmos são relevantes, levando em conta as especificidades e peculiaridades da criança. O Diário de Turma, também é utilizado como forma de registro. Nele são realizadas anotações diárias referentes aos projetos e atividades trabalhadas, como também relatórios sobre o desenvolvimento de cada criança.

De acordo com o novo texto da LDB, as formas de avaliar na Educação Infantil não é a mesma do Ensino Fundamental, uma vez que na primeira, a Avaliação é qualitativa e na segunda quantitativa. Segundo MORIM (2000), “a infância se caracteriza como categoria histórica social de direitos a uma prática educativa de qualidade compreendendo as especificidades da criança”. É assim que compreendemos a educação, como um processo contínuo e cultural do ser humano.

Faz-se necessário elaborar atividades em que as crianças possam pensar, refletir, questionar-se e com isso estabelecer relações com o meio em que estão inseridas.

É necessário observar que cada criança desenvolve de um jeito e em tempos distintos, portanto, as evoluções de cada uma são consideradas. Dessa forma, sua avaliação é um ato permanente e nasce das relações que se fazem no cotidiano da creche, que nesse contexto, se constitui como espaço de encontro entre educadores, famílias, comunidade e crianças.

A Creche Comunitária de Linhares é avaliada anualmente pela própria instituição com o propósito de, juntamente com a comunidade escolar, verificar se as metas, as práticas têm ocorrido de forma satisfatória. Essa avaliação é feita por uma equipe interna, formada por 01 integrante de cada categoria, a fim de colher e analisar os resultados, permitindo, então, uma possível interferência, caso seja necessário, para atingir os objetivos propostos no documento.

É interessante ressaltar que, a qualidade da educação da Creche Comunitária de Linhares é diagnosticada mediante ações administrativas e pedagógicas, em

busca da promoção de um ensino cada vez melhor. A mesma está comprometida com a autonomia e a liberdade dos atendidos.

Na Creche há uma comissão de avaliação que avalia os funcionários da escola. Cada profissional no início do ano letivo preenche o que chamamos de “Plano de Trabalho”, que contém as metas, prazos, bem como as habilidades/capacidades que o profissional desenvolve com certas facilidades.

Esta comissão é formada pela coordenadora da Creche, dois educadores sociais, 01 supervisor e 01 auxiliar de serviços gerais. Cabe a esta comissão, ao avaliar o profissional, fazê-lo em um ambiente propício para tal. De fato, é importante que o avaliado sinta-se acolhido, assim ele se sentirá à vontade para ouvir e acolher as observações e as propostas e expor sua opinião.

Esta avaliação é realizada no meio do ano e no final. É atribuído ao avaliado uma devolutiva e uma nota que vai de 10 a 100, sendo que a média menor que 75 é um sinal de alerta para o avaliado. Caso isso aconteça, o coordenador da Creche propõe que o avaliado adeque o seu “Plano de Trabalho”, mudando e fazendo os ajustes necessários para melhorar seu desempenho profissional.

8 – Considerações Finais

A elaboração da proposta pedagógica foi uma ação conjunta (crianças, famílias, comunidade, funcionários e técnicas da Secretaria de Educação) e o que nasce do coletivo está sempre em movimento, por isso a necessidade de se garantir através de ações o momento de reavaliação deste documento, para que sempre traduza o pensamento coletivo. O monitoramento e avaliação constante deste referencial orientador para a prática é que garantirá sua identidade, seus objetivos e desejos de mudança.

A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, é reconhecida pela Creche Comunitária de Linhares como importante aliada na promoção do

desenvolvimento da criança pequena. Este espaço educativo e pedagógico é tido como privilegiado para as crianças viverem as diversas facetas a sua infância.

O Projeto Político Pedagógico teve início em 2009 através da reflexão da prática cotidiana à luz de vários autores, que possibilitou o espaço para a dinâmica do diálogo, a fim de identificar todas as intencionalidades do ato indissociável de cuidar e educar, propiciando a divisão de responsabilidades na co-construção deste.

É importante ressaltar que, esse projeto não é um documento fechado. Ele está em constante processo de construção, que se faz através da participação de todos os envolvidos. É nessa perspectiva, ou nas palavras de Moacir Gadotti, com esse olhar de esperança no futuro, que a cada dia, descobriremos, coletivamente novas maneiras de fazer com que a criança seja o principal instrumento de nossas ações.

Dessa forma, a proposta pedagógica nasce do movimento de “ação-reflexão-ação” que nunca estará pronto e acabado. É um trabalho pedagógico construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos no processo educativo da escola. E assim, Moacir Gadotti, apud Veiga esclarece:

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para ariscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.” (GADOTTI, apud VEIGA, 2001, p.18)

Entendemos que há uma necessidade da Creche se organizar e propiciar meios para que a proposta pedagógica seja realmente efetiva e favoreça a relação criança/espaço/cultura. Com isso, torna-se indispensável que os educadores conheçam o universo da criança, sua família, suas condições de vida e suas relações com o meio social.

Sabemos que as crianças são sujeitos de direitos, por isso todos os profissionais da Creche percebem que na infância, o tempo é regrado de

particularidades e especificidades e que é neste espaço que a criança se manifesta de diferentes formas.

Uma das principais funções da Creche Comunitária de Linhares é oferecer meios e possibilidades do envolvimento da família, transmitindo credibilidade e segurança na proposta que a Escola segue. A Creche apresenta-se como parceira da família, compartilhando não apenas as dificuldades, mas o sucesso, colocando a família num pilar importante no processo de ensino aprendizagem.

Referencial Bibliográfico

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: <[HTTP://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 06 jul. 2014

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br_03/constituicao/](http://www.planalto.gov.br_03/constituicao/)>. Acesso em 04 jul. 2014

_____. Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei 10.639, 03 de janeiro de 2003 .D.O.U de 10/01/2003.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Resolução CEB, de 04 de abril de 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial da União. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Disponível em: <[HTTP://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 11 set. 2014

CESTARO, Patrícia M. R.; LAURO, Bianca R.; NOCELLI, Zuleica B. G.; SILVA, Lúcia E. da. **Uma proposta de formação no contexto das creches públicas de Juiz de Fora**. Cadernos do Professor – Ano XVII – Nº 20, Out., 2010, p. 5 – 12.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Disponível em: <[HTTP://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 06 jul. 2014

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Disponível em: <[HTTP://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 06 agos. 2014

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **A organização do tempo escolar: séries ou ciclos? Para além do senso comum.** Disponível em: <[HTTP://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 06 ago. 2014

FERREIRA, Márcia. **Ação psicopedagógica na sala de aula – Uma questão de inclusão.** São Paulo: Paulus, 2001

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos ou séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** Disponível em: <[HTTP://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 29 jul. 2014

GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão.** Capítulos 2, 3 e 4. Disponível em: <[HTTP://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 06 ago. 2014

JAPECANGA, Alaide Pereira. **A democratização das relações de trabalho na escola pública básica.** Disponível em: <[HTTP://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 11 jul. 2014

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de currículo, currículo sem fronteira**, v. 6, n. 2, p. 33 – 52, Jul/Dez 2006. Disponível em: <[HTTP://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 18 set. 2014

LÜCK, Heloísa. **Planejamento em orientação educacional.** 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1991

MONTEIRO, Paula. Revista Nova Escola. **Planejamento: engrenagem da boa Educação.** São Paulo, Ed Especial- n. 21 jan/2009.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O campo do currículo no Brasil: os anos noventa.** Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.35-49,Jan/Jun 2001. Disponível em: <[HTTP://www.curriculosemfronteira.org](http://www.curriculosemfronteira.org)>. Acesso em 21 ago. 2014

_____. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços.** Disponível em: <[HTTP://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 21 agos. 2014

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; KRAMER, Sonia (coord.) **Educação infantil e formação de profissionais no estado do Rio de Janeiro (1999 – 2009).** Rio de Janeiro: Traço e Cultura, 2011 (Relatório de Pesquisa)

OLIVEIRA, Mari Ângela Calderari. **Psicopedagogia: a instituição educacional em foco**. Curitiba: IBPEX, 2009.

OLIVEIRA, Zilma Moraes de. et al. **Creches: Crianças faz-de-conta & Cia**. Petrópolis: Vozes, 1992

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **O trabalho do professor na Educação Infantil**. São Paulo: Biruta, 2012. Várias autoras

OSTETTO, Luciana E., OLIVEIRA, Eloisa R., MESSINA, Virginia S. **Deixando marcas: a prática do registro do cotidiano da educação infantil**. 2ª ed. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

Prefeitura de Juiz de Fora / Secretaria de Educação. **Diretrizes Educacionais para a Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora – Educação Infantil**. Juiz de Fora. 2010.

Prefeitura de Juiz de Fora / Secretaria de Educação. Cadernos do Professor. Ano XVI – n. 19, 2009. ISSN – 16785304, p.83.

Revista Nova Escola. **Ensinar bem é ... saber planejar**. Ed n. 168- dez/2003. Disponível em: <[HTTP://www.revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/planejamento/ensinar-bem-saber-planejar-424802.shtml](http://www.revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/planejamento/ensinar-bem-saber-planejar-424802.shtml)>. Acesso em 08 out. 2014

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al. **Avaliação institucional: a avaliação da escola como instituição**. 2005. Disponível em: <[HTTP://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 06 set. 2014

_____. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. 2005. Disponível em: <[HTTP://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 09 ago. 2014

UNICEF. **Convivendo com a escola**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2004

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: **Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

